



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

**PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº382/2024 – ACI
CONTRATO Nº201/2023-PMO**

ORIGEM: Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS

ASSUNTO: Solicitação de Parecer alteração contratual no que condiz ao prazo no Contrato nº201/2023-PMO. (PE-010-FMAS-2023).

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Arts.31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 6.652/2005, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público.

Entre as atribuições desempenhadas pelo Controle Interno está, primordialmente exerça fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, a qual esta Controladoria encaminhará informações ao Ministério Público e Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

Relatório:

Vieram os autos a esta Assessoria de Controle Interno para fins de análise e parecer referente ao 1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº201-2023-PMO, celebrado entre PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ, CNPJ(MF) 05.131.081/0001-82 e a empresa contratada W.T. ARAÚJO SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº20.254.625/0001-97. Ressalta-se que o presente parecer técnico se restringe somente ao 1º Termo Aditivo que tem como objetivo a alteração contratual do prazo no contrato originário, ato esse fundamentado no artigo 57, inciso I, da Lei Federal 8.666/93.

No dia 10/10/2024, foi a justificativa do Fiscal do Contrato, solicitando a alteração no prazo do contrato, e encaminhado para análise da Procuradoria Geral a possibilidade de alteração contratual do Contrato nº 201/2023-PMO. No dia 14/10/2024, foi assinado o Parecer Jurídico favorável para realização do 1º aditivo aqui em questão. Consta a designação do fiscal o Sr. MAIK TEIXEIRA GEMAQUE, CPF nº025.642.192-76, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado. Cabe ressaltar que o fiscal é ciente de sua responsabilidade em



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

acompanhar e fiscalizar o cumprimento, pois sua omissão estará sujeita a responsabilização civil e criminal conforme as Leis em vigor.

No mais, dia 14/10/2024 foi assinado o 1º Termo de Aditivo do Contrato nº201/2023-PMO, que fazem parte entre si de um lado PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ e a contratada W. T. ARAÚJO SERVIÇOS LTDA.

Da Análise do Processo:

O processo foi instruído em consonância com a Lei e artigo acima supracitado, a documentação que se refere o termo aditivo está arquivada no setor competente em uma pasta com as folhas protocoladas, numeradas e rubricadas; contendo os seguintes documentos: Ofício do Fiscal de Contrato para a Secretaria Municipal de Planejamento, autorização do ordenador de despesa, contrato originário do processo, justificativa do ordenador para o aditivo, documentação de regularidade fiscal e trabalhista, parecer jurídico com manifestação favorável a realização do aditivo, Termo do Aditivo assinado pelas partes.

Parecer

Esta Assessoria de Controle Interno – ACI, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais, conclui-se, que com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/1993, e demais instrumentos legais correlatados, o referido processo se encontra, legalmente amparado pela lei acima supracitada e a empresa manterá os mesmos valores contratados, não onerando os cofres públicos. No entanto, todos os aditamentos deverão cumprir o rito de publicação do art. 61 da referida Lei de Licitação.

O 1º Termo Aditivo em análise encontra-se revestido das formalidades legais; podendo da continuidade nos atos sequências, vez que, a situação concreta está devidamente documentada, fundamentada conforme a Lei e artigos acima citados e parecer favorável do jurídico desta Administração Pública. Ressalto que o fluxo das despesas é de inteira responsabilidade do Ordenador de Despesa e do Fiscal do contrato.

É o nosso parecer salvo melhor entendimento. À elevada apreciação superior.

Oriximiná – PA, 16 de outubro de 2024.

Maurício Oliveira Rodrigues
Assessor de Controle Interno
Port. 456/2022